

CASO CATAGUAZES



Ações do governo para minimizar danos do desastre ambiental nos rios Pomba e Paraíba do Sul 02/ 04/ 2003

O desastre ecológico ocorrido na Indústria Cataguazes de Papel e Celulose atingiu os rios Pomba e Paraíba do Sul, em território fluminense, cujas águas receberam um volume de resíduos tóxicos, calculado em 1,2 bilhão de litros.

O acidente, que causou a formação de uma mancha de cerca de 50 quilômetros de extensão, descendo o rio Pomba, está afetando o abastecimento de água de sete municípios que tiveram a captação de água interrompida. São eles:

Santo Antonio de Pádua: 36.692 habitantes

Miracema: 27.064 habitantes

Aperibé: 8.018 habitantes

Cambuci: 14.670 habitantes

São Fidélis: 36.789 habitantes

Campos: 406.989 habitantes

São João da Barra: 27.682

Itaocara: 23.003

Total de habitantes: 580. 907

O total da população atingida ultrapassou os 500 mil habitantes, quando na manhã de hoje (02/04/2003) a mancha resultante do vazamento chegou a Campos nas águas do rio Paraíba. Segundo a Cedae, até o final desta tarde, também será interrompida a captação para o Município de São João da Barra.

O vazamento começou na madrugada de sábado, mas só no domingo à noite chegou ao conhecimento da Governadora Rosinha Garotinho que, de imediato, mobilizou as Secretarias de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, de Defesa

CASO CATAGUAZES



Civil, de Agricultura e outros órgãos estaduais para socorro às áreas atingidas.

O Secretário Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, Luiz Paulo Conde foi para Santo Antônio de Pádua no início da manhã da última segunda-feira (31/03). A partir de então, instalou-se na área uma força tarefa especial para atendimento às populações atingidas, mobilizando-se cerca de 150 homens, sendo 100 da Defesa Civil, e 50 da Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente (Feema). Além desses outros órgãos também foram mobilizados entre eles a Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (Serla), a Delegacia de Polícia de Meio Ambiente (DPMA), a Secretaria de Estado de Agricultura Abastecimento Pesca e Desenvolvimento Interior, o Corpo de Bombeiros e a Emater, entre outros.

Conde autorizou a perfuração de oito poços artesianos para o abastecimento dos municípios atingidos. Além disso, seis carros-pipa por dia, com capacidade de 30 mil litros cada um, foram disponibilizados pela Defesa Civil para o abastecimento de água das cidades atingidas pela interrupção da captação. Durante a mobilização, a Feema estabeleceu um monitoramento de hora em hora da qualidade das águas dos rios afetados.

A Secretaria de Agricultura, por sua vez, iniciou levantamento das áreas agrícolas e de atividades agropecuárias da região, a fim de adotar procedimentos preventivos. No entanto, o Secretário de Agricultura, Christino Áureo, considera que o setor mais prejudicado é o da piscicultura, mais diretamente atingido pelo envenenamento de peixes em grande quantidade. Preventivamente, foram interrompidas as atividades agroindustriais às margens dos rios Pomba e Paraíba do Sul.

CASO CATAGUAZES



Também já deixaram de consumir água do rio Pomba 39 cidades da Zona da Mata de Minas Gerais, cuja captação foi igualmente interrompida.

A Procuradoria Geral do Estado ajuizou ação cível pública contra a Indústria Cataguazes, pleiteando indenização pelos danos causados ao meio ambiente da região e à população dos municípios ribeirinhos.

Acidente semelhante já ocorrera na mesma indústria, há cerca de 10 anos, quando a razão social era então Indústria Matarazzo de Papel e Celulose. Naquela ocasião o vazamento atingiu 10 milhões de litros, segundo o Secretário Geral do Consórcio do Rio Pomba.

Desde a manhã de segunda-feira, estão na região afetada, coordenando a ação do Governo estadual, o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, Luiz Paulo Conde, o Secretário de Estado de Defesa Civil, Coronel Carlos Alberto de Carvalho, e a Presidente da Feema, Isaura Fraga.

Fonte: (www.semads.rj.gov.br)

03-04-2003 - São Paulo, SP

Greenpeace exige punição por desastre da Cataguases Organização acusa empresa, seus diretores e autoridades públicas como responsáveis por um dos piores acidentes ecológicos dos últimos anos

O Greenpeace vem a público demonstrar a sua indignação e revolta para mais esse caso de omissão criminosa, descaso e irresponsabilidade que resultou no rompimento de um dos reservatórios de depósito químico da empresa Cataguases Papel Ltda., ocorrido no último sábado (29/03). O rompimento do depósito resultou no vazamento de uma mistura tóxica que contaminou o Rio Pomba, principal fonte de abastecimento de água do estado do Rio de Janeiro. Entre os componentes da

CASO CATAGUAZES



mistura, estão substâncias com resíduos tóxicos de soda cáustica, e metais como o chumbo. Acredita-se que entre 1,2 e 1,6 bilhões de litros de resíduos tenham vazado do reservatório. Milhares de pessoas em diversas cidades ficaram sem água em decorrência do desastre. Peixes e animais, inclusive animais domésticos, morreram devido à contaminação.

O Greenpeace acusa a empresa Cataguases como a principal responsável pelos danos atuais e futuros causados ao meio ambiente e à saúde humana. Mais uma vez se repete a negligência, como já denunciemos inúmeras vezes, de empresas, que deixam de cumprir suas obrigações com a sociedade. A Cataguases é um exemplo típico, em que a falta de inspeção e manutenção do reservatório e a omissão em buscar uma solução para o problema que causou o rompimento, resultaram no atual desastre. Os diretores e/ou representantes legais da empresa tem de responder criminalmente pela contaminação que a empresa causou e ainda pode vir a causar.

O Greenpeace também co-responsabiliza o governo de Minas Gerais e seus órgãos públicos pelo desastre, já que ambos falharam em implementar as medidas de fiscalização adequadas.

O caso da empresa Cataguases é gravíssimo e requer punições exemplares para que se interrompa definitivamente em nosso país, o descaso e impunidade de empresas irresponsáveis que destroem o meio ambiente e comprometem à saúde da população. Outros casos já foram denunciados pelo Greenpeace sem que as autoridades competentes tomassem as devidas providências. Em junho de 2002, o Greenpeace lançou o relatório "Crimes Ambientais Corporativos no Brasil" (1). Esse relatório apresenta 17 casos de contaminação em todo o território nacional. Infelizmente, até o momento, nenhum dos casos apresentados foi devidamente solucionado.

CASO CATAGUAZES



O Greenpeace luta para que todos esses casos sejam solucionados, inclusive o recente desastre no Rio Pomba. As empresas devem pagar pelos danos que causam ao meio ambiente e à saúde humana, e isso deve ocorrer também nesse caso recente. O Greenpeace acredita que casos como o desastre de Cataguases, ou outros citados no relatório poderiam ser evitados se as leis ambientais fossem efetivamente cumpridas, se os órgãos fiscalizadores agissem com maior eficiência e, ainda, se os Princípios de Bhopal sobre Responsabilidade Corporativa fossem implementados.

Fonte: (www.greenpeace.org.br)

Rosinha vai a Cataguases para pedir providências ao governo mineiro - 03/ 04/ 2003

Depois da reunião com os prefeitos das Regiões Norte e Noroeste, em Santo Antônio de Pádua, na manhã desta quinta-feira (03/04), a governadora Rosinha Garotinho, como fizera na chegada, sobrevoou de novo as áreas atingidas pelo vazamento de rejeitos químicos altamente tóxicos de uma empresa mineira que poluíram os Rios Pomba e Paraíba do Sul. A governadora estava acompanhada dos deputados federais Fernando Gabeira (PT), Paulo Feijó (PSDB) e do deputado estadual André do PV, também presidente da Comissão de Meio Ambiente da

Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), e dos secretários estaduais de Meio Ambiente, Luiz Paulo Conde, da Defesa Civil, coronel Carlos Alberto de Carvalho, e da Agricultura, Christino Áureo. Em seguida, a comitiva foi a Cataguases para conversar com o secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais, José Carlos de Carvalho, e com a prefeita da cidade mineira sobre o acidente ecológico.

Rosinha pediu ao secretário mineiro que o governo de Minas Gerais construa uma barragem no Riacho Cágado para que os resíduos químicos não sejam levados mais para o Rio Pomba,

CASO CATAGUAZES



afluente do Paraíba do Sul. A governadora pediu que seja marcada data para o início da construção e que o governo de Minas acelere o ritmo da obra. O secretário José Carlos de Carvalho garantiu à governadora que colocará ainda hoje caminhões no local para a retirada dos resíduos tóxicos no entorno da represa de rejeitos químicos da empresa de papel para evitar que, em caso de chuva, eles não desçam para o Riacho Cágado e daí cheguem aos rios fluminenses piorando a situação nas Regiões Noroeste e Norte do Estado.

A governadora destacou que enviou carta à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, pedindo que sejam tomadas medidas compensatórias por parte do governo federal para os municípios atingidos e para assegurar ajuda, principalmente, aos pescadores artesanais da região afetados pelo desastre ecológico. Entre as sugestões enviadas à ministra, a governadora destacou o programa de renda mínima aos pescadores que ficaram sem ter como sustentar suas famílias, já que a flora e a fauna dos rios foram destruídos.

Questionada sobre a normalização do abastecimento de água nos municípios atingidos, Rosinha informou que só será possível quando as autoridades tiverem certeza do fim do vazamento. Segundo ela, o vazamento agora é reduzido, mas continua. "Mesmo assim, somente dezoito horas depois do término do derramamento é que poderemos autorizar a retomada do abastecimento. Antes desse prazo seria imprudência", assegurou.

A governadora reiterou que a Procuradoria Geral do Estado impetrou ação civil pública contra a empresa Papel e Celulose Cataguazes, responsável pelo desastre ecológico. No documento ela pede que a população dos sete municípios afetados pelo vazamento de rejeitos tóxicos sejam ressarcidos dos prejuízos. Ela reivindicou junto ao governo federal que parte da multa

CASO CATAGUAZES



aplicada à empresa seja revertida para a recuperação das cidades fluminenses.

Antes de ir a Cataguases, Rosinha se reuniu no Hotel das Águas, em Santo Antônio de Pádua, com os prefeitos desta cidade, Luiz Fernando Padilha, de Itaocara, Manuel Faria, de Campos, Arnaldo Vianna, de São Fidélis, Davi Loureiro, de Lage de Muriaé, José Eliezer, de Aperibé, Alfredo Gomes Telles, de Miracema, Gutemberg Damasceno, de Bom Jesus de Itabapoana, Miguel Motta, e de Natividade, Luiz Carlos Machado, e com os secretários estaduais de Meio Ambiente, o vice-governador Luiz Paulo Conde, da Defesa Civil, coronel Carlos Alberto de Carvalho, e de Agricultura, Christino Áureo.

Fonte: (www.semads.rj.gov.br)

22/03/2004 - Funasa expande o controle da qualidade da água

Garantir o fornecimento de água de qualidade à população é uma das prioridades do governo federal, que define as normas para as prestadoras de serviço locais. Na área de saúde pública, cabe à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) fomentar ações visando a melhoria do controle da qualidade da água. A água potável e tratada melhora a qualidade de vida da população por ser a principal maneira de evitar as doenças de veiculação hídrica. Para atender a este propósito, a Funasa está implementando o Programa de Apoio e Fomento ao Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano.

O objetivo do programa é auxiliar estados e municípios no cumprimento à Portaria nº 1.469/00, para o monitoramento e controle da qualidade da água, inspeção e operação de estações de tratamento e ações educativas. O programa visa, ainda, fomentar a criação de laboratórios e incentivar parcerias com universidades e demais órgãos governamentais para análises de alta complexidade.

CASO CATAGUAZES



Orçamento

O novo programa foi incluído no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 da Funasa. É a primeira vez que esta ação tem orçamento previsto entre as ações da Fundação. O recurso, aprovado pelo Congresso, é da ordem de R\$ 13 milhões. A Funasa atua em municípios com até 30 mil habitantes e em comunidades rurais, centros e periferias urbanas, aldeias indígenas e também em áreas de relevante interesse epidemiológico.

Situações de Emergência

Uma das ações de controle de qualidade da água que a Funasa teve relevante participação, este ano, foi o controle da água consumida pelos moradores de municípios atingidos pelas enchentes, principalmente no Nordeste. Para apoiar este trabalho, foram desenvolvidas diversas atividades utilizando as Unidades Móveis de Controle de Qualidade da Água (UMCQA) e, também, as Unidades Regionais de Controle de Qualidade da Água (URCQA).

Dentre as ações desenvolvidas em 2003, destacam-se aquelas efetuadas após o desastre Cataguazes, nos municípios do estado do Rio de Janeiro, e o desastre ocorrido no Município de Ibiá (MG). Estas ações destacam-se não só pelo rápido e eficaz diagnóstico da qualidade da água consumida, como também pela imediata correção de problemas detectados, minorando, assim, os riscos à saúde da população.

Fonte: (www.funasa.gov.br)

Desastre Cataguazes: Secretaria Ambiental do Rio de Janeiro monitora qualidade de água

Abril de 2003 - Com o objetivo de manter informadas a população e a comunidade científica em geral, sobre a atuação

CASO CATAGUAZES



da FEEMA frente ao acidente ocorrido com a Indústria Cataguazes de Papel, estão sendo disponibilizados os resultados do monitoramento emergencial, realizado com o objetivo de acompanhar o deslocamento da mancha de contaminantes e identificar os principais poluentes, de modo a caracterizar o seu comportamento no ecossistema aquático.

Os resultados obtidos vêm acusando, de modo geral, um decaimento significativo das concentrações dos parâmetros físicos e químicos, indicadores da poluição provocada pelo acidente, entretanto, tendo em vista a necessidade de acompanhar a qualidade das águas dos mananciais e assegurar as captações, a FEEMA está realizando um monitoramento sistemático da qualidade de água nas ETA's de Campos, São João da Barra e Paraoquena, com frequência de hora em hora, para determinação de Condutividade, pH, OD, Turbidez e DQO.

Concomitantemente, está sendo realizado a cada 12 horas, um monitoramento ao longo dos rios Pomba e Paraíba do Sul, abrangendo as ETA's de Paraoquena, Pádua, Aperibé, Cambuci, Pureza, São Fidélis, Campos e São João da Barra, num total de 8 estações de amostragem, para determinação dos parâmetros estabelecidos pelo CONAMA n. 20/86 - Classe 3.

Além do monitoramento de qualidade de água, serão realizadas, ainda, coletas ao longo do trecho compreendido entre o rio Pomba e o delta do Paraíba do Sul, para determinação de possíveis contaminantes nos sedimentos, e de macrobentos, fitoplâncton e ictiofauna, visando avaliar o comprometimento da biota.

Além do monitoramento sistemático, será realizado a partir de 11 de abril de 2003 um monitoramento nas localidades de Aperibé, Pádua, São Fidélis, Bela Joana e Campos, em função da presença de bolsões de resíduos líquidos, já identificados e georeferenciados.

CASO CATAGUAZES



Cabe destacar, também, que está sendo avaliada pela Secretaria Estadual de Saúde, responsável pelo controle da qualidade de água para consumo humano, a liberação da água para abastecimento público, nas localidades atingidas pelo acidente, com base em análises laboratoriais realizadas para esta finalidade.

Informamos, ainda, que encontra-se em fase final de elaboração o Plano de Levantamento e Sistematização de Informações para Subsidiar a Avaliação dos Danos Causados pelo Vazamento de Substâncias Tóxicas da Fábrica de Papel Cataguazes nos Rios Pomba e Paraíba do Sul.

Fonte: (www.feema.rj.gov.br)

Ibama realiza vistoria em Cataguazes

Março de 2004 - Nesta quarta feira equipe do Ibama, composta por técnicos de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Brasília e Campos (RJ), está realizando vistoria na área do acidente ocorrido em Cataguazes (MG) em março do ano passado. Na sexta-feira (26) o Gerente Executivo do Ibama em Minas Gerais, Roberto Messias Franco, divulga o relatório.

O acidente ambiental aconteceu no dia 29 de março de 2003 provocando o rompimento de barragem de contenção de rejeitos da Empresa Cataguazes de Papel Ltda. - Cataguazes/MG. Vazaram 465 mil m³ de produto tóxico (lixívia negra) atingindo os seguintes locais:

Estado de Minas Gerais - ribeirão do Cágado (dominialidade estadual e rio Pomba - dominialidade federal), rio Paraíba do Sul (próximo à divisa dos Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro);

Estado do Rio de Janeiro - rio Paraíba do Sul (rio federal).

CASO CATAGUAZES



Zona costeira, nos municípios de Campos dos Goytacazes e São Francisco de Itabapoana, também foi atingida. Ao chegar à zona costeira, o deslocamento da mesma se deu no sentido das correntes e dos ventos predominantes, tendo alcançado os municípios de Presidente Kennedy e Marataíses, já no Estado do Espírito Santo, antes de sua dissipação definitiva no oceano.

O trecho entre a barragem rompida até a foz do rio Paraíba do Sul foi percorrido pela lixívia num período de 10 (dez) dias, permanecendo na zona estuarina e costeira e, dissipando-se totalmente no mar após 17 dias.

Foram atingidos, de forma direta, via cursos hídricos, 16 municípios, sendo cinco no Estado de Minas Gerais (Cataguases, Leopoldina, Laranjal, Palma e Recreio), 9 no Estado do Rio de Janeiro (Santo Antônio de Pádua, Miracema, Itaocara, Aperibé, Cambuci, São Fidélis, Campos dos Goytacases, São João da Barra e São Francisco do Itabapoana) e, de forma indireta, via deslocamento da pluma pela zona costeira e mar territorial, dois municípios no Estado do Espírito Santo (Presidente Kennedy e Marataíses).

Fonte: (www.ibama.gov.br)

Solvay, Shell e Cataguazes: o que elas têm em Comum

Junho de 2003 - O triste caso da cal contaminada da Solvay, tantas vezes denunciado pelo Greenpeace, já se estende por cinco anos sem uma proposta da empresa para solucionar corretamente o problema. Nesse período, a cal contaminada segue contaminando o solo, o que revela a negligência da empresa e das autoridades do poder público. Localizada em Santo André (SP), a área apresenta uma combinação rara e altamente tóxica, com substâncias como os organoclorados e o mercúrio. Uma solução segura para o problema seria realizar, conjuntamente, ações emergências e preventivas.

A ação emergencial, que representa apenas uma parte da solução, seria o confinamento da área, uma obra de engenharia

CASO CATAGUAZES



que busca apenas aprisionar os agentes contaminantes. No entanto, falhas no sistema de confinamento podem permitir que essas substâncias vazem para o meio ambiente e venham a se espalhar pelo solo e água da região após períodos maiores que 20 anos.

Além da ação emergencial, o Greenpeace demanda que sejam feitos testes conjuntos com tecnologias que tratam organoclorados e mercúrio, a fim de que, depois, seja feita a descontaminação dos pontos críticos.

A Solvay, no entanto, apresenta apenas o confinamento como solução permanente para a contaminação. Essa proposta, porém, não resolve o problema. "Queremos eliminar as substâncias tóxicas do local, para que elas não sejam um perigo para as futuras gerações", afirmou John Butcher, coordenador da Campanha de Substâncias Tóxicas no Brasil.

Um exemplo claro para mostrar que o confinamento proposto pela Solvay não representa solução alguma é o grave caso registrado no final de março e que foi manchete em todo o Brasil como um dos maiores desastres ecológicos já ocorridos no país. O rompimento de um dos reservatórios de resíduos industriais da empresa Cataguases Papel Ltda. Resultou no vazamento de uma mistura que contaminou o Rio Pomba, principal fonte de abastecimento de água do estado do Rio de Janeiro. Entre os componentes da mistura, estavam substâncias com resíduos tóxicos de soda cáustica e chumbo. Acredita-se que entre 1,2 e 1,6 bilhões de litros de resíduos tenham vazado do reservatório. Milhares de pessoas em diversas cidades ficaram sem água e peixes e animais morreram devido à contaminação.

Já o caso Shell, em Paulínia (SP), foi recentemente denunciado na Comissão de Direitos Humanos da ONU. Relatores brasileiros da Comissão denunciaram os casos de intoxicação causados pela empresa, que contaminou o lençol freático próximo ao rio Atibaia, importante manancial da região, com organoclorados. Na Vila Carioca (SP), onde a Shell mantinha uma unidade para armazenamento de combustíveis e agrotóxicos, a CETESB, órgão ambiental paulista, confirmou, em março de 2002, a

CASO CATAGUAZES



contaminação das águas subterrâneas da região por benzeno, chumbo, e outros metais pesados, além de organoclorados. A empresa, no entanto, continua agindo de forma irresponsável: até meados de abril, a Shell estava atrasada em seu cronograma de procedimentos junto à CETESB.

Casos como os citados acima, e outros estão relacionados no relatório "Crimes Ambientais Corporativos no Brasil" (http://www.greenpeace.org.br/toxicos/pdf/corporate_crimes_port.ped), lançado pelo Greenpeace em 2002, têm em comum a ação irresponsável das empresas envolvidas.

O Greenpeace acredita que é necessário criar um instrumento legal que contemple medidas de repressão para coibir corporações que agem irresponsavelmente; medidas de incentivo para as empresas responsáveis; e medidas compensatórias, para que os danos ambientais e a saúde humana sejam reparados e ressarcidos pela empresa poluidora.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos e a incineração

No final de 2002, forte pressão foi feita para que a proposta para a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), apresentada pelo então deputado Emerson Kapaz (PPS-SP), fosse aprovada pelo Congresso.

O Greenpeace alertava para problemas em relação àquela proposta. A incineração e o co-processamento de resíduos sólidos em fornos de cimento continuavam sendo apresentados como principais instrumentos para a redução de resíduos. No entanto, ela não foi aprovada e Kapaz não foi reeleito. Agora, um novo relator deverá apresentar nova proposta.

O Greenpeace acredita que a nova proposta de lei deve ser sucinta. Os detalhes devem ser incorporados através de decretos, portarias ou instruções normativas, por exemplo, para que a lei tenha vida útil longa. Mas, também acredita ser necessário que o veto ao tratamento térmico de resíduos (incineração ou co-geração de energia) seja incorporado na própria lei. A incineração, além dos riscos ao meio ambiente e à saúde humana e dos altos custos econômicos, é, em si,

CASO CATAGUAZES



contraproducente do ponto de vista educativo pois, de uma maneira indireta, pode atrapalhar programas de redução, reutilização e reciclagem de resíduos.

O Greenpeace continuará atuando para que a nova proposta proíba tecnologias sujas, como a incineração, no tratamento de resíduos.

Incineração não é a solução: a eliminação do lixo através da incineração é um processo complexo, caro e altamente poluidor. A incineração libera poluentes perigosos para o ambiente e a saúde humana, como os metais pesados, as dioxinas e os furanos. Esses dois últimos são alguns dos compostos químicos mais tóxicos já criados pelo homem.

Fonte: (www.greenpeace.org.br)

Contenção de diques da Cataguazes de Papel é vistoriada um ano depois de desastre ecológico

Abril de 2004 - O presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Jelson Kelman, o secretário de Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde, e o superintendente estadual de Rios e Lagoas, Ícaro Moreno Jr., fazem amanhã uma vistoria nas obras de contenção dos diques da Indústria Cataguazes de Papel, em Minas Gerais. Eles também vão sobrevoar os rios Pomba e Paraíba do Sul, um ano após o rompimento de uma barragem que fez vazar 1,2 bilhão de litros de rejeitos químicos. O desastre ambiental matou peixes e animais de grande porte em cerca de 21 fazendas da região e deixou sem água milhares de moradores de cidades no norte do Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Espírito Santo.

Ibama constata que acidente da Cataguazes em Minas não oferece risco à população

CASO CATAGUAZES



Um ano depois do desastre ambiental provocado em Minas, pela Indústria Cataguases Celulose, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) informa que as barragens rompidas não oferecem risco à população.

De acordo com relatório divulgado pelo gerente do Ibama de Minas Gerais, Roberto Messias Franco, a empresa Cataguases Celulose deverá dar manutenção e operação dos dois reservatórios.

O relatório indica que os maiores danos ambientais foram à fauna aquática nos cursos d'água Ribeirão do Cágado, rios Pomba e Paraíba do Sul. Além disso, houve perda da qualidade de água no período. De acordo com o Ibama, conseqüências do desastre ambiental só poderão ser avaliadas, ao longo do tempo, através de pesquisas nas bacias dos dois rios.

Os técnicos do Ibama elaboraram o relatório depois de vistorias realizadas na área atingida pelo rompimento da barragem de contenção de rejeitos da Cataguases de Papel, na Zona da Mata mineira, em março do ano passado.

Fonte: (www.radiobras.gov.br)

CONTAMINAÇÃO - O vazamento de produtos tóxicos deixa meio milhão sem água no Rio

País conhece seu maior desastre ambiental

Rio e Belo Horizonte – O presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), Mauro Costa, afirmou que o desastre ecológico em Cataguases (MG) pode ser o maior que já aconteceu no Brasil, já que o vazamento foi de 1 bilhão e 200 milhões de litros de produtos tóxicos.

A poluição atingiu o Córrego Cágados e depois o Rio Pomba, em Minas, que por sua vez contaminou o Rio Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro. De acordo com Costa, existe uma barragem próxima ao local com 700 milhões de litros de rejeitos, que também

CASO CATAGUAZES



preocupa.

Entre as substâncias químicas tóxicas que vazaram da represa estão soda cáustica, chumbo, enxofre, lignina, hipoclorito de cálcio, sulfeto de sódio e antraquinona, além de outros metais, utilizadas na fabricação de papel. Os municípios que tiveram o abastecimento interrompido são Miracema, Santo Antônio de Pádua, Aperibé, Portela, Cambuci e São Fidélis.

Foi registrada mortandade de animais, entre peixes, gado, capivaras e cães, que consumiram a água contaminada. O Batalhão Florestal da Polícia Militar do Rio multou anteontem a empresa Cataguases Papel, no valor de R\$ 50 milhões, pelo vazamento. A Cataguases não se pronunciou sobre o caso.

A concessionária Águas do Paraíba suspendeu ontem o fornecimento da água que é distribuída a mais de 200 mil moradores de Campos, no norte fluminense. A mancha de rejeitos tóxicos chegou perto da Fábrica de Sucos Bela Joana, na região central do município. A decisão foi tomada depois de uma reunião, na Defesa Civil, com o prefeito Arnaldo Vianna e outras autoridades da região. Segundo o prefeito, o corte no abastecimento vai afetar os bairros mais populosos de Campos: o Centro, Guarus e Ururaí, onde está concentrada mais de 50% da população da cidade, que tem cerca de 400 mil habitantes. Não será afetado o abastecimento das regiões sul e norte e do Farol de São Thomé, que são abastecidas por outras fontes.

Vianna disse que 40 caminhões-pipa já estão prontos para atender hospitais, escolas e as regiões mais carentes da cidade. Este número pode dobrar nas próximas horas. As aulas não foram suspensas, segundo o prefeito, porque as unidades estão sendo abastecidas com água de boa qualidade.

Leis rigorosas

CASO CATAGUAZES



Ao todo, já há meio milhão de pessoas sem água em seis municípios por causa do vazamento de produtos tóxicos. Os técnicos do governo dizem que a poluição é diferente da que acontece quando há vazamento de óleo. Desta vez, os produtos químicos – ainda desconhecidos – estão misturados na água e não podem ser retirados.

O ministro das Cidades, Olívio Dutra, considerou como “muito grave” o desastre ambiental. Ele defendeu leis mais rigorosas para a instalação de grandes empresas no País. Segundo o ministro, o acidente comprova a irregularidade e a gravidade do problema, já que a empresa é reincidente. “Precisamos de leis mais rigorosas que obriguem as empresas a ouvirem a população e os municípios antes de se instalarem nas cidades”, disse o ministro, ao visitar o projeto do primeiro Núcleo de Prevenção das Áreas de Risco, na Favela Nova Brasília, em Niterói.

Fonte: (www.seagri.ba.gov.br)

TCU cita servidores do Ibama por desastre ambiental

O Tribunal de Contas da União (TCU) fará audiência com servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para justificarem o desastre ambiental de responsabilidade da empresa Florestal Cataguazes/ Ltda., em Minas Gerais (MG), ocorrido em março de 2003. Eles terão de explicar a não-adoção de providências quanto à comunicação dos fatos à Fundação do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais (Feam) e ao envio de pessoal técnico especializado para verificar e avaliar a existência de vazamentos e as condições de segurança da barragem B2, mesmo depois de estarem cientes dos fatos por meio de denúncia encaminhada ao Ibama.

CASO CATAGUAZES



O desastre ambiental foi causado pela ruptura de barragem com resíduos industriais. O fato provocou o lançamento de milhões de litros de produtos tóxicos no rio Cataguases, que é afluente do rio Pomba e contribui para a formação do rio Paraíba do Sul, o mais importante do estado do Rio de Janeiro. Entre os danos ambientais do desastre, foram constatadas a morte da fauna fluvial e a impropriedade da água para o consumo. Também foram afetados em seus patrimônios os estados e municípios atingidos pelo desastre, bem como a população e empreendimentos dependentes daquele e dos outros cursos d'água alcançados pelo desastre. Outros danos estão ligados aos gastos governamentais para reduzir os efeitos do acidente e a busca de regularização do meio atingido.

Segundo o ministro Humberto Souto, relator do processo, a análise da atuação das entidades que envolveram a prevenção do desastre revelou fortes evidências de negligência da Feam, do Instituto Estadual de Florestas (IEF) e do Ibama. O ministro ainda alertou para a atual situação da barragem de resíduos ainda intacta da empresa Florestal Cataguases. De acordo com a inspeção, o risco de desastre com a Barragem 1 é ainda maior do que era o da Barragem 2. O perigo pode ser agravado com o término da estiagem e a chegada de chuvas intensas.

Foi constatado ainda que o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), responsável pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, além de não ter uma infra-estrutura adequada de prevenção e controle de desastres, age de forma descoordenada diante de uma situação de emergência. O Cadastro Técnico Federal de Atividades tem problemas de carência e de autenticidade de informações sobre as empresas.

Para solucionar os problemas, o TCU determinou ao Ibama que fiscalize no prazo de 30 dias as medidas adotadas para reduzir a pressão sobre a barragem intacta da empresa Florestal Cataguazes e verifique a adequação técnica das medidas

CASO CATAGUAZES



adotadas. Também deverá promover ações voltadas à imediata identificação e mapeamento dos passivos ambientais que existem em sua área de atuação. Ainda recomendou aos bancos e agências oficiais que, em seus regulamentos, exijam a prévia inscrição das empresas pleiteantes no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras do Ibama.

Serviço:

Dispomos de cópia do relatório, voto e decisão TC-005.847/2003-8

Fonte: (www.tcu.gov.br)

Ação contra União exige mapa de poluidores do Paraíba do Sul - 19/12/2003

O Ministério Público Federal (MPF) propôs ação civil pública contra a União, a Agência Nacional das Águas (ANA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (Ceivap).

O objetivo é forçar a realização de um “profundo estudo capaz de identificar e mapear todos os empreendimentos situados ao longo da bacia do Rio Paraíba do Sul com potencial risco de causarem poluição hídrica”, informou o MPF.

A ação exige também a “elaboração e operacionalização de um plano emergencial para a contenção ou absorção dos rejeitos despejados nas águas do rio”. A medida, tomada nesta terça-feira, foi um desdobramento do inquérito civil público que investigou o acidente ambiental ocorrido em Cataguases, em 29 março.

Na ocasião, 1,2 bilhão de litros de resíduos tóxicos depositados na fazenda Bom Destino, propriedade da empresa Florestal Cataguases Ltda, vazaram devido ao rompimento de uma barreira, contaminando os rios Pomba e Paraíba do Sul, fonte da

CASO CATAGUAZES



água consumida por mais de 20 milhões de pessoas no Rio de Janeiro.

Durante o inquérito foram identificadas aproximadamente 8.500 indústrias instaladas ao longo da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, que abrange 180 municípios de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. As indústrias usam o Paraíba do Sul para captar água e como receptor de resíduos.

O MPF afirma que há “forte possibilidade de existirem reservatórios de substâncias potencialmente tóxicas sem a devida fiscalização e controle”. Ainda segundo o MPF, o desastre ecológico de Cataguases “mostrou ser evidente o desconhecimento da real situação destas obras de engenharia pelos órgãos ambientais, a ponto de inexistir qualquer plano de defesa”.

Fonte: (www.ana.gov.br)

Integração Nacional e Meio Ambiente atuam juntos em Cataguases - 03/04/2003

Brasília - O Ministério da Integração Nacional, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, adota providências para minimizar as conseqüências e prevenir mais danos por conta do desastre ecológico em Cataguases (MG). Técnicos da Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec), por determinação do ministro Ciro Gomes, estão desde hoje (3/04) em Minas Gerais a fim participar do trabalho de garantir a segurança da população, sob ameaça desde o vazamento de produtos químicos de uma represa de contenção de rejeitos industriais.

A governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Mateus, conversou nesta tarde com Ciro Gomes e foi informada sobre as medidas adotadas conjuntamente pelos Ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente. O secretário nacional de Defesa Civil, José Wilson Pereira, está em Belo Horizonte a fim de

CASO CATAGUAZES



juntar-se às equipes do governo mineiro, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Agência Nacional de Águas (ANA).

A missão do secretário tem a ver com a ameaça ao abastecimento hídrico das populações moradoras da bacia hidrográfica afetada e com os riscos à saúde devido ao consumo indevido de água contaminada. O diretor de Minimização de Desastres da Sedec, Neusvaldo Lima, também está em Minas Gerais. Ele examina a possibilidade de construção de uma barragem de emergência no Córrego Cágado. A intenção é evitar que se amplie a poluição nos cursos d'água que seguem de Minas Gerais para o norte do Rio de Janeiro.

Fonte: (www.integracao.gov.br)

Deputados aprovam criação de sistema para prevenção a desastres ambientais - 09/04/2003

Brasília (DF) - Os deputados da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara aprovaram a iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) para a criação de um Sistema de Resposta Rápida a Emergências Ambientais, como deslizamentos, desabamentos, enchentes ou inundações, incêndios florestais, vazamentos de produtos tóxicos. A idéia foi anunciada aos parlamentares nesta quarta-feira, em audiência pública sobre o desastre ambiental oriundo do derrame de resíduos tóxicos da Cataguazes Indústria de Papel, que atingiu Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Participaram do encontro Claudio Langone, secretário-executivo do MMA, Nilvo Luiz Alves da Silva, presidente-substituto do Ibama, Jerson Kelman, diretor-presidente da Agência Nacional de Águas, e representantes dos órgãos estaduais de Meio Ambiente de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, da Companhia de Água e Esgotos do Rio de Janeiro, da Câmara de Vereadores de

CASO CATAGUAZES



Cataguases, da Defesa Civil. A Cataguazes Indústria de Papel não enviou representantes à audiência.

De acordo com Langone, todas as ações possíveis, frente à realidade atual do Sisnama (Sistema Nacional do Meio Ambiente), foram tomadas de forma conjunta pelas diversas instâncias de governo para minimizar os impactos ambientais, sociais e econômicos após o derrame de resíduos. "Precisamos de um sistema nacional que possibilite a prevenção e o combate rápido e efetivo a esse tipo de problema. O sistema trataria ainda da identificação de profissionais e de instituições que pudessem contribuir com sua técnica e conhecimento", disse. Conforme o secretário-executivo do Ministério, há a necessidade urgente de se obter fontes de financiamento para identificar e aliviar o passivo ambiental no país, e é flagrante a necessidade de mais ações preventivas.

Nilvo Silva explicou as ações tomadas pelo Ibama. Segundo ele, os resíduos que foram derramados nos mananciais de Minas Gerais e Rio de Janeiro eram sobras da produção de celulose, em um estágio primário. "O material que vazou não era oriundo do processo de branqueamento com cloro, o que o isenta da presença de dioxinas, por exemplo, que é um poluente orgânico persistente", explicou. O presidente do Ibama, Marcus Barros, e o diretor de Proteção Ambiental do Instituto, Flávio Montiel, se encontram na região atingida acompanhando o combate aos efeitos do desastre. Ainda não existem dados conclusivos sobre o derrame de resíduos.

Para Jerson Kelman, ainda precisam ser identificadas as reais causas do vazamento do primeiro reservatório de resíduos da Cataguazes Indústria de Papel, que tem capacidade para 1,2 bilhão de litros. Um segundo reservatório, da mesma empresa, possui cerca de 700 milhões de litros armazenados. "Esse material deverá ter uma destinação ambiental adequada antes do início das chuvas, evitando nova tragédia", salientou. Kelman

CASO CATAGUAZES



informou ainda que a primeira barragem está sendo recuperada, e que está prevista a instalação de um sistema de monitoramento da água no Paraíba do Sul.

PASSIVO AMBIENTAL – Para a ministra Marina Silva, o maior problema quanto ao passivo ambiental brasileiro é o fato de esse mesmo passivo não ter sido tratado até o momento com uma política pública, de governo. De acordo com ela, não há um levantamento preciso sobre a situação no país, e, como a maioria desse passivo se encontra no âmbito estadual, será desenvolvida uma ação conjunta com esses governos. "A maioria dos problemas ambientais em nosso país se deve a uma concepção antiga, de que o meio ambiente suportaria todo tipo de impacto, do desenvolvimento a qualquer custo", explicou. "Nosso tarefa agora é continuar trabalhando para mudar essa visão e para que não sejam relegados novos passivos às gerações futuras", disse a ministra.

Um projeto, ainda em formatação, é o de implementar, de forma inédita no Brasil, um Sistema de Resposta Rápida a Emergências Ambientais, divididas em dois grupos: um de origem em fenômenos climáticos e outro com origem em vazamentos de produtos perigosos, incluídos o petróleo e seus derivados. Um seminário deve se realizar ainda este mês para encaminhar esse tema. "Estamos há menos de cem dias no governo, mas esse passivo vem de muitos anos. Seria injusto cobrar soluções imediatas para problemas antigos. Somos herdeiros desse passivo", salientou Marina Silva.

Esse Sistema deverá se articular com outros já existentes, tanto na esfera governamental (federal, estadual, municipal) como nos setores público e privado (instituições de ensino e de pesquisa), de modo que atribuições já exercidas por outros órgãos, além do MMA e Ibama, possam ser aproveitadas e/ou aprimoradas. "Com esse levantamento, veremos que a situação é precária, mas ele precisa ser feito para que possamos tomar

CASO CATAGUAZES



as necessárias ações para reverter esse quadro", disse a ministra.

Deverão ser adotados alguns princípios e ações para a efetivação do Sistema, como: descentralização para resposta rápida; protocolos de comunicação (centralização); monitoramento ambiental informatizado; e criação de uma base de dados sobre riscos ambientais nos municípios brasileiros.

Fonte: (www.mma.gov.br)

Rosinha vai a Cataguases para pedir providências ao governo mineiro - 03/ 04/ 2003.

Depois da reunião com os prefeitos das Regiões Norte e Noroeste, em Santo Antônio de Pádua, na manhã desta quinta-feira (03/04), a governadora Rosinha Garotinho, como fizera na chegada, sobrevoou de novo as áreas atingidas pelo vazamento de rejeitos químicos altamente tóxicos de uma empresa mineira que poluíram os Rios Pomba e Paraíba do Sul. A governadora estava acompanhada dos deputados federais Fernando Gabeira (PT), Paulo Feijó (PSDB) e do deputado estadual André do PV, também presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), e dos secretários estaduais de Meio Ambiente, Luiz Paulo Conde, da Defesa Civil, coronel Carlos Alberto de Carvalho, e da Agricultura, Christino Áureo. Em seguida, a comitiva foi a Cataguases para conversar com o secretário de Meio Ambiente de Minas Gerais, José Carlos de Carvalho, e com a prefeita da cidade mineira sobre o acidente ecológico.

Rosinha pediu ao secretário mineiro que o governo de Minas Gerais construa uma barragem no Riacho Cágado para que os resíduos químicos não sejam levados mais para o Rio Pomba, afluente do Paraíba do Sul. A governadora pediu que seja marcada data para o início da construção e que o governo de Minas acelere o ritmo da obra. O secretário José Carlos de

CASO CATAGUAZES



Carvalho garantiu à governadora que colocará ainda hoje caminhões no local para a retirada dos resíduos tóxicos no entorno da represa de rejeitos químicos da empresa de papel para evitar que, em caso de chuva, eles não desçam para o Riacho Cágado e daí cheguem aos rios fluminenses piorando a situação nas Regiões Noroeste e Norte do Estado.

A governadora destacou que enviou carta à ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, pedindo que sejam tomadas medidas compensatórias por parte do governo federal para os municípios atingidos e para assegurar ajuda, principalmente, aos pescadores artesanais da região afetados pelo desastre ecológico. Entre as sugestões enviadas à ministra, a governadora destacou o programa de renda mínima aos pescadores que ficaram sem ter como sustentar suas famílias, já que a flora e a fauna dos rios foram destruídos.

Questionada sobre a normalização do abastecimento de água nos municípios atingidos, Rosinha informou que só será possível quando as autoridades tiveram certeza do fim do vazamento. Segundo ela, o vazamento agora é reduzido, mas continua. "Mesmo assim, somente dezoito horas depois do término do derramamento é que poderemos autorizar a retomada do abastecimento. Antes desse prazo seria imprudência", assegurou.

A governadora reiterou que a Procuradoria Geral do Estado impetrou ação civil pública contra a empresa Papel e Celulose Cataguazes, responsável pelo desastre ecológico. No documento ela pede que a população dos sete municípios afetados pelo vazamento de rejeitos tóxicos sejam ressarcidos dos prejuízos. Ela reivindicou junto ao governo federal que parte da multa aplicada à empresa seja revertida para a recuperação das cidades fluminenses.

CASO CATAGUAZES



Antes de ir a Cataguases, Rosinha se reuniu no Hotel das Águas, em Santo Antônio de Pádua, com os prefeitos desta cidade, Luiz Fernando Padilha, de Itaocara, Manuel Faria, de Campos, Arnaldo Vianna, de São Fidélis, Davi Loureiro, de Lage de Muriaé, José Eliezer, de Aperibé, Alfredo Gomes Telles, de Miracema, Gutemberg Damasceno, de Bom Jesus de Itabapoana, Miguel Motta, e de Natividade, Luiz Carlos Machado, e com os secretários estaduais de Meio Ambiente, o vice-governador Luiz Paulo Conde, da Defesa Civil, coronel Carlos Alberto de Carvalho, e de Agricultura, Christino Áureo.

Fonte: (www.semadur.rj.gov.br)

Secretaria estadual de meio ambiente detecta infiltração em novo reservatório - 02/ 04/ 2003

O Vice-Governador e Secretário Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, Luiz Paulo Conde, anunciou, na noite desta quarta-feira (02/03), que fiscais e técnicos da Semadur, da Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente (Feema) e da Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (Serla) detectaram uma infiltração em um outro reservatório, com 700 milhões de litros de produtos tóxicos, da Fábrica Cataguases Papéis, mesma proprietária do reservatório de onde vazou 1,2 bilhão de litros de produtos tóxicos, no último fim de semana. As equipes da Semadur e da Defesa Civil continuam em Santo Antônio de Pádua acompanhando os desdobramentos do acidente ambiental.

Segundo Conde, o Secretário Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais afirmou que há uma equipe no local, trabalhando para evitar uma nova catástrofe. "O Governo do Estado do Rio está pedindo a ele que agilize o estancamento total do Riacho do Cágado para evitar o envio de detritos para o Rio Pomba. Esperamos que o Governo de Minas dê início o mais rápido possível a construção de uma barragem para conter um novo

CASO CATAGUAZES



vazamento. Aguardamos uma resposta o mais breve possível”, disse ele.

Em reunião realizada nesta quarta-feira, com a presidente da Feema, Isaura Fraga, o presidente da Serla, Ícaro Moreno Júnior, o Secretário de Defesa Civil, Cel. Carlos Alberto de Carvalho, o Subsecretário Adjunto de Agricultura, Pesca, Abastecimento e Desenvolvimento do Interior, Sílvio Galvão, além de representantes do Ibama e técnicos da Feema, Conde anunciou que a Feema contratou um laboratório que dará, nas próximas horas, um novo laudo sobre as condições da água do Rio Pomba.

Na reunião, o Coronel Carlos Alberto de Carvalho aproveitou para fazer um apelo à população para que faça doação de água mineral junto aos quartéis do Corpo de Bombeiros. Conde lembrou que cerca de 30 caminhões pipa estão atendendo os moradores das regiões atingidas e ressaltou que, no momento, o Governo do Estado do Rio está com equipe de quase mil homens atuando nos locais afetados.

Ao fim do encontro, o Vice-Governador anunciou que ele e equipe vão estar em Santo Antônio de Pádua nesta quinta-feira (03/04), acompanhando a Governadora Rosinha Garotinho em uma visita às áreas atingidas pelo vazamento. Eles se reunirão com os prefeitos dos municípios atingidos.

Fonte: (www.sematur.rj.gov.br)

Balanco dos primeiros três meses da gestão ambiental - 02/ 04/ 2003.

A retomada de programas e projetos ambientais englobando obras de saneamento e despoluição, paralela ao início do processo de mapeamento de áreas de risco do Estado, objetivando a prevenção de enchentes e suas conseqüências, constituem a principal marca dos primeiros três meses da

CASO CATAGUAZES



gestão do Vice-Governador Luiz Paulo Conde à frente da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (Semadur). A estratégia de ação tem sido estabelecida por intermédio de parcerias que envolvem, o Governo do Estado, a Prefeitura do Rio e outras 16 do interior do Estado, estas mobilizadas no trabalho integrado de levantamento das áreas vulneráveis a sinistros.

Entre as obras retomadas, destaca-se a do emissário da Barra, mais recentemente anunciada pela Governadora Rosinha Garotinho e que, segundo o Secretário de Meio Ambiente, tem prazo de dois anos para conclusão. Conde assegura que não haverá mais paralisações, adiantando que as obras de ligação dos esgotos ao tronco da rede serão licitadas em junho próximo. O Secretário enfatizou a importância da obra que o Governador Garotinho teve a coragem de iniciar e que a Governadora Rosinha dará continuidade.

No curso da meta de retomada de obras de saneamento, incluindo as complementares de Copacabana e da Lagoa Rodrigo de Freitas, é que Luiz Paulo Conde conseguiu, em reunião com a Governadora Rosinha Garotinho e o Presidente do BID, Enrique Iglesias, a garantia de financiamento da segunda etapa do PDBG e para o prosseguimento do Programa Pro-Lixo. O Programa visa, em um primeiro momento, beneficiar cerca de 1 milhão e 900 mil habitantes de 47 municípios. Foram aplicados até agora 3,7 milhões de reais. O investimento total previsto é de 34 milhões, contemplando 83 municípios e beneficiando mais de 4 milhões de habitantes.

Pró-Rio

Entendimentos mantidos por Conde, nos primeiros dias do atual governo, com representantes da Prefeitura do Rio, está permitindo agilizar obras em benefício da Cidade, por meio de acordo de cooperação técnica Estado/Município. Entre as

CASO CATAGUAZES



principais intervenções analisadas durante o encontro figuram as obras do Jardim de Alah e Canal da Visconde de Albuquerque. A audiência pública destinada a avaliar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do projeto está marcada para o dia 8 deste mês. Com licença ambiental, agilizada pelo Secretário junto à Feema, as obras do túnel da Grota Funda podem ser agora iniciadas pela Prefeitura, o que demonstra a disposição do Secretário de contribuir para a realização de projetos e programas municipais que contemplem melhorias para a Cidade.

Paralelamente a essas ações, Conde iniciou por Angra e Paraty o trabalho de levantamento de áreas de risco, firmando para isso convênio de cooperação técnica com 16 municípios, incluídos os da Região dos Lagos, onde foi dado prazo à empresa Prolagos para que reassuma o compromisso de realizar obras de despoluição daquele ecossistema. Na oportunidade, reafirmou Conde que ele e a Governadora Rosinha estão empenhados em promover a recuperação das praias do entorno da Lagoa de Araruama. Já na visita que realizou a Paraty, anunciou a elaboração de projeto para dar fim aos alagamentos numa área de preservação ambiental do município.

Ainda em termos de cooperação técnica, a Semadur vem mantendo convênios com a UFRJ, para atuação conjunta em projetos ambientais, incluída a parceria em estudos alternativos e concepção de novo sistema de esgotamento sanitário das bacias da Baía de Sepetiba e do rio Paraíba do Sul. Com a UERJ, a cooperação envolve a formação de professores, em nível de pós-graduação em gestão e educação ambiental, cuja última turma de mais 237 alunos formou-se em fevereiro último.

R\$ 2 milhões para Itaipú-Piratininga

Para a recuperação ambiental de áreas degradadas, além de outros projetos, Conde conseguiu da Governadora Rosinha

CASO CATAGUAZES



Garotinho a liberação dos recursos (R\$ 2 milhões) para recuperar o sistema lagunar de Niterói – Lagoas de Itaipú/Piratininga. As obras, gerenciadas pela Serla, propiciarão a revitalização da área, beneficiando os bairros da região oceânica de Niterói. Em São João de Meriti, será realizada, também pela Serla, obra de dragagem e limpeza do Rio Sarapuí, com vistas ao controle de enchentes.

Fiscalização intensificada

A decisão de intensificar as ações de fiscalização ambiental permitiu ao Secretário Conde, no recente acidente que atingiu os rios Pomba e Paraíba do Sul, a pronta mobilização dos órgãos vinculados da Semadur e de outros órgãos municipais e estaduais e federais. Assim, comandou pessoalmente os procedimentos destinados à neutralização dos efeitos da ocorrência, ultimando a suspensão da captação de águas dos rios afetados pelo vazamento, que atingiu volume superior a 1,5 bilhão de litros de produtos químicos, oriundos da fábrica de papel de Cataguases, Minas Gerais. Por recomendação da Governadora Rosinha Garotinho, Conde permanece na área do desastre ambiental, acompanhado de uma equipe de técnicos, desde a manhã de segunda-feira, dia 31 último.

O Secretário Luiz Paulo Conde, juntamente com o Presidente do IEF, Maurício Lobo, acertou com representantes do Banco KFW a retomada do contrato de financiamento do projeto de proteção da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro (Pró-Mata Atlântica). Resultado de convênio firmado pelo Governador Garotinho em 2001, o contrato tem como objetivo principal dotar as unidades de conservação de condições adequadas de administração, utilização e proteção, além de aprimorar as ações de monitoramento, controle e fiscalização da cobertura florestal remanescente. Ao mesmo tempo, Conde determinou a intensificação das ações de fiscalização, unindo a Feema, IEF e Serla à Delegacia de Polícia do Meio Ambiente. Essas ações

CASO CATAGUAZES



conjuntas assim viabilizadas já permitiram o embargo da obra denominada Cidade dos Meninos, em Santa Cruz, Zona Oeste do Rio, bem como da usina de asfalto da Prefeitura de São Gonçalo, além da interdição de obra irregular, com desmatamento, na Reserva Biológica de Tinguá e de atividades de extração irregular de areia em leitos de rios de vários municípios.

No contexto também das ações de proteção, o Secretário Conde anunciou, durante a solenidade de entrega do avião de combate a incêndios florestais, a mobilização de jovens estudantes para participação no programa a que denominou Vigilantes do Meio Ambiente, em parceria com as Secretarias de Defesa Civil e de Educação.

Ao concluir o balanço de seus três meses de gestão à frente da Semadur, Conde afirmou que está implantando na Secretaria um gerenciamento que agrega os órgãos vinculados, todos trabalhando assim em conjunto e dentro de uma linguagem única. Lembrou que nessa direção assinou dois importantes convênios com a Agência Nacional de Águas (ANA), o primeiro de apoio técnico à Serla para atuar na cobrança de outorgas pela cessão de águas do rio Paraíba do Sul, outro envolvendo a Serla e a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), que receberá R\$ 2 milhões da ANA para promover o fortalecimento técnico do órgão gestor dos recursos hídricos fluminenses.

E acentuou: "Outro passo importante que estamos dando é a criação dos comitês de bacias que nos proporcionarão um diagnóstico da situação de todos os rios e lagoas do nosso estado, com base no qual poderemos prevenir e combater efetivamente a degradação ambiental.

Estado avalia vazamento de resíduos tóxicos no rio Muriaé - 03/ 03/ 2006.

CASO CATAGUAZES



O secretário de Defesa Civil e comandante-geral do Corpo de Bombeiros, coronel Carlos Alberto de Carvalho, dirigiu-se hoje de manhã ao município de Laje do Muriaé, na Região Noroeste Fluminense, para verificar a extensão dos danos causados pelo vazamento de 80 mil metros cúbicos de resíduos de tratamento de bauxita no Rio Fubá, no município de Miraí, em Minas Gerais.

O derramamento foi causado pelo rompimento do vertedouro da barragem da mineradora Rio Pomba Cataguases Ltda. ontem e pode chegar a municípios fluminenses através do Rio Muriaé.

Avisado às 17h40 de ontem do vazamento, o coronel De Carvalho pôs em alerta o sistema de defesa civil estadual para mobilizar ações preventivas em conjunto com a Cedae (Companhia Estadual de Águas e Esgotos), a Feema (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente) e a Serla (Superintendência Estadual de Rios e Lagoas), órgãos da Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano.

Da governadora Rosinha Garotinho, o secretário recebeu a determinação de fazer o possível para reduzir as conseqüências do acidente para a população fluminense. Como medida preventiva, Rosinha também determinou à Cedae a suspensão da captação de água em Laje do Muriaé e o abastecimento da população local passou a ser feito com carros-pipa.

Além de ter notificado os prefeitos dos municípios ameaçados de serem atingidos, como Laje do Muriaé, Itaperuna, Italva, Cardoso Moreira e Campos, este dois últimos na Região Norte, o coronel De Carvalho enviou o coordenador regional de Defesa Civil, coronel Pires, e uma equipe de profissionais para o município de Laje do Muriaé. O diretor do departamento-geral de Defesa Civil, coronel José Paulo Miranda, foi enviado para o município de Itaperuna com a função de realizar ações preventivas, caso necessário.

CASO CATAGUAZES



Considerando o cenário de acidente ambiental, hoje o coronel De Carvalho e a diretora da Feema, Fátima Soares, vão avaliar a situação para, então, definir as medidas que serão tomadas para a proteção da população dos municípios fluminenses que sejam atingidos.

O objetivo é evitar um novo desastre como o que ocorreu em março de 2003, quando o rompimento de uma barragem da Cataguazes Indústria de Papel provocou o despejo de 1,2 bilhão de litros de resíduos tóxicos nos rios Pomba e Paraíba do Sul, atingindo o norte e o noroeste fluminenses.

Fonte: (www.semads.rj.gov.br)

Indústria Cataguases deverá tomar medidas imediatas para impedir novo vazamento de resíduos

A Indústria de Papéis Cataguases terá que tomar medidas imediatas para impedir novos vazamentos de resíduos tóxicos no rio Pomba, como o que ocorreu no dia 29 de março, e para descontaminar os cursos d'água afetados no acidente. Além disso, ela tem 15 dias para apresentar um relatório das medidas que esteja tomando, sob pena de ser posta sob a administração de um interventor judicial.

A decisão foi proferida pela 2ª Turma do TRF-2ª Região no julgamento do agravo regimental apresentado pela empresa contra decisão da Justiça Federal de Campos. A 1ª Instância já havia determinado cinco dias antes a intervenção judicial da indústria, bem como da Florestal Cataguases Ltda. e da controladora das duas, a Iberpar Empreendimentos e Participações Ltda. As três empresas pertencem aos mesmos sócios, acusados de negligenciar a manutenção do reservatório de produtos químicos tóxicos, localizado na Fazenda Bom Destino em Cataguases, de propriedade da indústria de papéis, o que acabou resultando no rompimento da barragem que

CASO CATAGUAZES



contaminou os rios Cágado, Pomba e parte do rio Paraíba do Sul.

No julgamento do agravo, a 2ª Turma suspendeu liminarmente a intervenção judicial e determinou o limite de quinze dias para as providências da empresa. No fim desse prazo, três dos desembargadores federais que compõem a Turma, um membro do Ministério Público Federal, o juiz federal titular da 2ª Vara de Campos, uma equipe de engenheiros do TRF-2ª Região, um representante da empresa e um técnico do Ibama deverão se reunir na sede da Indústria de Papel Cataguases para analisar as medidas que eventualmente estejam sendo postas em prática. Caso se verifique que não foram tomadas providências, ou que estas não sejam adequadas, nos termos da decisão da 2ª Turma, o Juízo de 2º Grau poderá adotar medidas judiciais adequadas, legalmente estabelecidas, inclusive penais.

A 1ª Instância de Campos havia determinado a intervenção judicial das três companhias pelo descumprimento de um termo de ajustamento de conduta firmado entre a fábrica, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Segundo o termo, a indústria deveria ter depositado R\$ 10 milhões em Juízo como garantia do cumprimento das medidas emergenciais que devem ser tomadas para impedir o vazamento de um outro reservatório que ainda existe na Fazenda Bom Destino. Um laudo do Ibama apresentado em 27/05 alertava para o risco iminente de um novo acidente no local, inclusive porque o nível de resíduos tóxicos, que se encontram no reservatório ainda intacto, está quatro centímetros acima do limite de segurança. Ocorreu que, em vez de efetuar o depósito, a companhia ofereceu como caução duas máquinas usadas no processamento de celulose que estariam avaliadas, segundo a Cataguases, em R\$ 13 milhões. O Juízo de 1º Grau, então, não aceitou a permuta e determinou a intervenção judicial, sob a fundamentação de que o maquinário sequer pertence à empresa. As máquinas, conforme informações do Juízo, são

CASO CATAGUAZES



propriedade do consórcio de funcionários da extinta Indústria Matarazzo de Papéis, que foi comprada pela Cataguases. O equipamento agora é objeto de uma disputa judicial entre a Indústria de Papel Cataguases e os ex-empregados da Matarazzo, que alegam que a Cataguases estaria descumprindo cláusulas do contrato de compra das máquinas. O Juízo de 1ª Instância concluiu também que haveria indícios de má-fé por parte dos sócios da companhia: desde o acidente, todos os valores pagos à indústria estariam sendo depositados na conta do filho de um dos sócios, para evitar que o dinheiro seja usado para ressarcir os danos ou para as obras que devem ser feitas.

O relator do processo na 2ª Turma, Desembargador Federal Castro Aguiar, entendeu, entre outras fundamentações, que a decisão de 1º grau feriu vários princípios, como o do Devido Processo Legal, por não ter sido ouvido o representante da empresa, dando-lhe oportunidade de defesa. O magistrado ponderou que a decisão infringiu também o Princípio da Inércia, segundo a qual o juiz não pode agir sem que uma das partes peça, sob o risco de o juiz deixar de ser julgador para assumir o papel de executor e de administrador, o que, para o desembargador, desvirtua a função jurisdicional. No caso, explicou Dr. Castro Aguiar, a intervenção só poderia ter sido decretada se o Ministério Público Federal tivesse apresentado uma petição nesse sentido: "A intervenção, como feita, não possui sustentação legal, por desrespeito ao Princípio da Inércia, da Razoabilidade, da Legalidade, do Devido Processo Legal, do Contraditório, dentre muitos outros". O relator lembrou, na sessão, que o que se quer preservar é a sobrevivência da empresa, tanto para assegurar os empregos de seus funcionários quanto para garantir que ela tenha condições de arcar com as obras que deverão ser executadas e com os eventuais ressarcimentos dos prejuízos já causados, que ainda serão apurados. Mas, para isso, não é necessário determinar a intervenção judicial, bastando destacar peritos que podem

CASO CATAGUAZES



regularmente, conforme ordem judicial, averiguar as contas e as atividades das empresas.

Proc. 2003.02.01.006906-6 - Julgado em 26/05/2003

Fonte: (www.trf2.gov.br)